

190

17409

864

## Comissões querem evitar suicídio de índios

### Deputados vão pedir ao ministro Jobim plano emergencial

BRASÍLIA — Deputados das Comissões de Direitos Humanos e de Meio Ambiente e Minorias vão pedir ao ministro da Justiça, Nelson Jobim, a implantação de um plano emergencial para diminuir a ocorrência de suicídios na aldeia indígena dos guarani-Kaiowá, em Dourados (MT). Só este ano foram 49 casos, em geral entre jovens. Um relatório será enviado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que virá ao Brasil avaliar o cumprimento de acordos internacionais.

Os deputados querem que o Governo regularize e amplie as terras e que discuta com as lideranças indígenas a aplicação de serviços de atendimento social aos potenciais suicidas. “Responsabilizamos o Governo pela situação dos Kaiowá porque cabe ao Estado proteger as minorias, e o Brasil não vem cumprindo acordos internacionais neste sentido”, afirmou o deputado Gilney Viana (PT-MT), presidente da Comissão de Minorias.

Junto ao presidente da Comissão de Direitos Humanos, Nilmário Miranda (PT-MG), Viana esteve na semana passada na região. Os deputados acreditam que os suicídios decorram de fatores como a alta concentração de índios em pequenas áreas. “Há uma superlotação, e os Kaiowá são um povo acostumado a grandes áreas”, explicou Viana. De acordo com ele, cada família não tem mais do que cinco mil m<sup>2</sup> para plantio.

Também influi, afirmou Viana, a existência de povos diferentes em uma mesma área. “Lá, convivem Kaiowás, guaranis e terenas. O terenas têm uma cultura completamente diferente dos demais”, disse. Boa parte das terras dos índios está sendo contestada judicialmente, o que também intranqüiliza a população. Em geral, os suicidas entregam-se antes ao alcoolismo e, explicou o deputado, anunciam que vão se matar. “É o suicídio anunciado”, contou.

Os Kaiowás foram um dos temas discutidos ontem à tarde no 2º Fórum Nacional das Comissões Legislativas de Direitos Humanos, onde estão sendo levantadas propostas para o Plano Nacional de Direitos Humanos. A relação entre a segurança pública e o direito do cidadão também estava em pauta. O secretário de Justiça de São Paulo, Belisário dos Santos Júnior, defendeu a insti-

tuição de penas alternativas para os que cometem pequenos crimes — como furto — e são primários, reservando o presídio aos autores de crimes graves.

“A prisão não ressocializa porque tira totalmente a liberdade; para autores de crimes de primeira instância as penas de prestação de serviços à comunidade são muito mais eficazes”, afirmou Santos Júnior. De acordo com ele, as penas alternativas atingiriam até 70% dos 50 mil presos de São Paulo. “Se estes presos deixassem os presídios não iriam aumentar a insegurança da população”, acredita.

Em relação à violência da polícia brasileira, Miranda afirmou que esta sendo grande o interesse dos governos estaduais em reciclar seus contingentes policiais por intermédio de cursos patrocinados pela Anistia Internacional, que firmou recentemente um convênio neste sentido com o Ministério da Justiça.